



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ELISANDRA BRAGA MARTINS

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:
UMA ANÁLISE DA ESCOLA PARA TODOS**

CAJAZEIRAS - PB

2009

ELISANDRA BRAGA MARTINS

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:
UMA ANÁLISE DA ESCOLA PARA TODOS**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Plena em Pedagogia
do Centro de Formação de
Professores da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.**

Orientadora: Professora Ma. Maria Janete de Lima.

**CAJAZEIRAS - PB
2009**



M386p Martins, Elisandra Braga.
O processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais: uma análise da escola para todos / Elisandra Braga Martins. - Cajazeiras, 2009.
39f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2009.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Formação de professor. 4. Cidadão deficiente-valorização. 5. Reabilitação educacional. I. Lima, Maria Janete de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 376-053.5

ELISANDRA BRAGA MARTINS

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UMA ANÁLISE DA ESCOLA PARA TODOS.**

Monografia aprovada em, ___/___/___

Prof. Maria Janete de Lima

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA**

Dedico esta obra ao meu, pai João Gabriel dos Santos, meu maior ídolo, que ensinou tudo àquilo que precisava saber para a vida. Ele foi acima de tudo um ser humano íntegro e de caráter. Embora tenhamos pouco tempo juntos, tornaram-se eternos.

Elisandra Braga Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para que esta monografia pudesse ser concluída.

Agradeço, primeiramente, a Deus por iluminar meu caminho.

Um agradecimento especial a minha mãe Adelita e demais familiares, pelo amor e dedicação incondicional à minha formação e sem a qual, jamais poderia ter vivido esta experiência. Outro agradecimento especial aos meus filhos Jorge Henrique, Joyanderson e Joyce, sem esquecer de meu esposo Marcio Ferreira, por estar sempre disposto a me ouvir, me ajudar e me aturar nos momentos mais diversos demonstrando ser uma pessoa extremamente companheiro e paciente.

Agradeço também à minha amiga Francilânia Abreu, sempre companheira ao longo desta trajetória, de um valor inestimável.

À orientadora Maria Janete de Lima, que se dispôs e me auxiliou na construção deste trabalho.

Para terminar, agradeço as amigas e companheiras pela amizade, aprendizado, paciência e incentivo, pois vocês sempre estão por perto em todos os momentos importantes de minha vida.

A todos deixo aqui meu carinho e o meu obrigada!

“Quando somos pacientes, coisas que normalmente consideramos muito dolorosas acabam não parecendo tão ruins. Ao contrario, quando não existe a tolerância paciente, até as menores contrariedades parecem insuportáveis. Tudo depende de nossa atitude diante dos fatos”.

Dalai Lama

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAIBA**

RESUMO

Um dos principais problemas que há muito são questionados pela inclusão de deficientes no sistema escolar, a luta dos mesmos, poucos podem permitir que ele gradualmente passe a contar com os mesmos benefícios oferecidos aos demais educandos. A partir de então, houve o desejo de se organizar métodos e técnicas de ensino, de formas diferenciadas de transmissão de conhecimentos, precisa de espaço e de atividades para um trabalho individual. Pode-se dizer que a sustentação de projetos inclusos, de formação de professor, depende da elaboração de propostas inovadoras de leis que possam ser colocadas em prática, e em seguida, de vontade política para que sejam dados aos professores autonomia e condições para constantes cursos de formação e especialização das atividades que desenvolvem. Foi com esse intuito que se criou uma característica importante nesta filosofia, é a valorização do cidadão deficiente, incentivando a desenvolver o seu papel de compartilhar seus valores, sentimentos e significados em um clima de harmonia, amor, união, estimulando sempre suas potencialidades. Os resultados dessa reflexão levam-nos a sugerir que as escolas regular poderiam ser criados numa reabilitação educacional.

Palavras – chave: Autonomia – Amor – Valores.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
CAPÍTULO I.....	11
1.1 Inclusão: Caminho para uma prática pedagógica reflexiva na Educação.....	14
1.2. O enfoque da educação inclusiva: Formando docentes para atuar na diversidade.....	16
CAPITULO II.....	24
2.1. Análise de dados.....	24
2.2. Análise dos Questionários dos Professores.....	25
2.3. Análise dos Questionários dos Educandos.....	28
2.4. Uma vivência da Educação.....	32
Conclusão.....	36
Referências Bibliográficas.....	38
Anexo.....	40

INTRODUÇÃO

Este estudo tem sido desenvolvido no Processo de Inclusão da Crianças com Necessidades Educacionais Especiais: Uma análise da escola para todos.

Como professora do público, percebemos a importância de propiciar aos alunos os meios para conhecer uma escola Inclusiva com a integração dos alunos com qualquer deficiência no ambiente escolar.

Ao longo da historia as pessoas deficientes seja ela física ou mental eram segregadas diante do ideal de perfeição predominante. Na antiguidade a eliminação destas pessoas era pratica comum, na Idade média, a visão era de que elas eram possuídas por demônios e no modernismo dos deficientes, considerados incapazes foram excluídos do mercado de trabalho. Nos dias atuais, a perspectiva da Escola Inclusiva traz uma esperança de uma vida igualitária para as pessoas especiais (LIMA, 2006).

A proposição da constituição Federal 1988 em incluir na escola regular de ensino as pessoas com deficiência, evidencia a conquista da equidade tão esperada, entretanto o funcionamento efetivo da Escola Inclusiva exige transformações diversas no sistema educacional e exige, acima de tudo do envolvido da escola e desta monografia hage investigando em implica na participação ativa de todos que fazem parte da instituição de ensino e da família.

A forma como as escolas regulares conduzem as adaptações dos espaços físicos e a preparação dos docentes para trabalhar esta realidade é tema que tem suscitado discussões e produzido varias publicações sobre a problemática. A preocupação de uma mudança no sistema educacional no âmbito das práticas pedagógicas e da organização estrutural da escola em função das necessidades dos novos alunos se fez objetivo de interesse a todos aqueles para a educação de em modo geral.

Sob esta perspectiva nos propomos a faze um estudo investigativo para identificar e analisar as estratégias utilizadas pelos profissionais da Escola Municipal Júlia Maria de Carvalho – Marizópolis – PB, no sentido de se adaptar a esta nova realidade. Visando compreender se é papel da escola adequar suas dependências físicas as necessidades do aluno deficiente ou se cabe a eles a tentativa de se adequar ao espaço físico existente.

Segundo Mantoan (2002), existem problemas na integração do aluno deficiente na escola regular, e, além disso, há enormes distancias entre os aspectos teóricos e práticos. No entanto, não obstante todas as dificuldade, a integração é imprescindível para a formação cultural e o próprio desenvolvimento das crianças com deficiência.

Por tanto, a construção de uma educação inclusiva requer uma mudança de paradigmas na percepção que é educação. A formação de novos valores deve partir do respeito às diferenças e do aprender a conviver com o diferente. A igualdade não é o "normal", porque todos nós se pode imaginar uma educação pra todos quando a organização escolar está calcada na constituição de grupos por series (anos), por níveis de desempenho escolar e são determinados para cada nível, objetivos e tarefas adaptadas e uma terminalidade específica. E, mas ainda, quando são encaminhados os que não se enquadram em nenhuma dessas determinações para classes e escolas especiais, argumentando que o ensino para todos sofreria distorções de sentido em casos como esses.

Essa compreensão equivocada da escola inclusiva coloca cada criança em um lócus escolar arbitrariamente, escolhido. Aumenta ainda mais as diferenças, acentua as desigualdades, justificando o distanciamento e o fracasso escolar como problema exclusivo do aluno. Tal organização escolar também pode impedir o funcionamento atido dos alunos de nível mais elevado têm oportunidade de ir mais longe e os de nível mais baixo de funcionar com menos eficiência.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é avaliar o processo de ingresso e permanência na rede regular de ensino publico das pessoas com deficiência, tendo como parâmetros o município de Marizópolis. Associaremos ao ensino da Inclusão as situações reais considerando.

Analisar e identificar a metodologia utilizada pelos educadores, no sentido de incluir os alunos com necessidades.

Identificar até que ponto estrutura física e pedagógica da escola promovem a inclusão.

Analisar as relações de socialização entre os grupos de crianças especiais e as crianças ditas "normais".

CAPÍTULO I

A deficiência como fenômeno humano individual e social é determinada em parte pelas representações socioculturais de cada comunidade, em diferentes gerações, e pelo nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico dessa sociedade.

As raízes históricas e culturais do fenômeno deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, determinação e preconceito. A idade média conviveu com deficiência. Os deficientes mentais, os loucos e criminosos eram considerados, muitas vezes, possuídos pelos demônios, por isso eram excluídos da sociedade. Aos cegos e surdos eram atribuídos dons e poderes sobrenaturais.

Essas contradições geravam ambivalência de sentimentos e atitudes que iam da rejeição extrema, passando por piedade e comiseração e até a superproteção fazendo com que surgissem assim as ações de cunho social, religioso, e caritativo de proteção e cuidados como: hospitais, prisões e abrigos.

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solidária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos da Europa. Mas tarde, nos Estados Unidos e Canadá, surgiram os primeiros programas para prover atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação dessa parcela da população até então marginalizada e abandonada pela sociedade.

De acordo com Declaração de Salamanca o termo necessidades educacionais especiais

Refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização.

Observa-se, nesse conceito, uma mudança de foco, que deixa de ser a deficiência e passa a centrar-se no aluno e no êxito do processo ensino

aprendizagem, para o qual o meio ambiente deve ser adaptado as necessidades especiais do educando, tanto no contexto escolar e familiar, como no comunitário.

O conceito de inclusão como vimos em sua evolução sócio histórica aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre a diversidade. Isso implicaria em buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas as especificidades do humano e, sobretudo as diferentes situações vivias na realidade social e no cotidiano escolar.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelecendo a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, com um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Essa discussão passa necessariamente pela reflexão sobre os conceitos historicamente construídos acerca dos alunos com deficiência cristalizados no imaginário social e expressos na prática pedagógica centrada na limitação, nos

obstáculos e nas dificuldades que se encontram muitas vezes ainda presentes na escola.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sócio cultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio as dificuldades e acolhimento das necessidades dessas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

A declaração mundial de educação para todos propõe uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural e de sua comunidade.

Nessa linha de ação, surge o conceito de necessidades educacionais especiais, que refere-se a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem e tem, portanto, necessidades educacionais em algum momento de sua escolaridade. Assim, o desafio que enfrentam as escolas é o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança.

Partindo disso, Mantoan, (2003, p. 53) afirma:

Num país como o Brasil, a escola regular é, para muitos, o único lugar de acesso aos conhecimentos mínimos necessários para viver nesta sociedade, queiramos ou não, globalizada. Para a maioria dos alunos, pobres – por pertencerem a um país que por muitos anos sofreu a marginalização, primeiro por parte dos conquistadores e depois por parte do capital - , a escola é a única chance que têm para conseguir as condições básicas para se desenvolverem e se tornarem cidadãos, para ganharem uma identidade sociocultural e uma vida digna, livre.

Esse conceito é bastante abrangente, tornando-se importante que a escola esteja alerta para que não sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, com dificuldades de aprendizagem ou deficiências do aluno. A escola deve buscar

refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está voltado para a diversidade.

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões ideológicas, sócio cultural, política e econômica. Os determinantes relacionais comportam as interações, os sentimentos, significados, as necessidades de ações práticas; já os determinantes materiais econômicos, viabilizam a reestruturação da escola.

Nessa linha de pensamento a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, e a classe comum onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, a cultura e progredir nos aspectos pessoal e social.

1.1 Inclusão: caminho para uma prática pedagógica reflexiva na educação

A inclusão, como vimos, até aqui, é um dialético, complexo, pois envolve a esfera das relações sociais e intrapessoais vividas na escola. No seu sentido mais profundo, vai além do ato de inserir de trazer a criança para dentro do centro de educação infantil significa envolver, compreender, participar e aprender.

Assim, o processo de inclusão, a criança com necessidades educacionais e especiais não podem ser vista apenas por suas dificuldades, limitações ou deficiências. Ela deve ser olhada na sua dimensão humana, como pessoa e possibilidades e desafios a vencer de forma de os laços de solidariedade e efetividade não sejam quebradas.

Essas são atitudes éticas que não implicam apenas no respeito ou valorização da diferença, mas em uma questão de posturas positivas, adequadas e, acima de tudo, de compromisso pedagógico para que o aluno construa, a sua maneira, o conhecimento, e avance na aprendizagem.

Nesse sentido, Ainscow (1995, p. 48) afirma que se torna fundamental a “escola passar de uma visão estreita e mecanicista do ensino, na qual os alunos não progredem em virtude de suas dificuldades ou deficiências e por isso necessita de uma intervenção educacional especial, para adotar estratégias de transformação das condições sociais e ambientais”. Essa nova visão tem como eixo central o processo de aprendizagem na classe comum, na modificação e reorganização no sistema educativo.

Bartolomeu (1994, p. 95) alerta para “o perigo da pedagogia centrada na temática, no poder de fetiche metodológico, que pode desviar o professor de uma atitude crítica e reflexiva sobre as estratégias adotadas”. A crença em métodos fixos impedem a busca de alternativa de ensino e a criação de recursos e materiais que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

Essas concepções restritas, baseadas na limitação e no déficit, estão profundamente enraizadas no imaginário de algumas escolas que ainda crêem que a criança, em virtude de sua deficiência, necessita de um vínculo especial, de abordagens pedagógicas diferentes e métodos de ensino especiais.

Por isso, a responsabilidade pela educação desses alunos é delegada a educação especial. Essas crenças e mitos tem contribuído para que a escola não assuma o compromisso pedagógico em relação as crianças com necessidades educacionais especiais e nem inclua suas necessidades do centro de educação infantil.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é um situação educativa complexa que exige uma análise lúdica e crítica acerca dos contornos do contexto escolar, das condições concretas existentes, dos conteúdos propostos e das estratégias e alternativas metodológicas que atendam as necessidades de desenvolvimento, de interação, comunicação, autonomia socialização e participação nas brincadeiras e atividades lúdicas.

Segundo Gomes (1999, p. 79).

O eixo central da proposta inclusiva é proporcionar melhores condições de aprendizagem para todos por meio de uma transformação radical da

cultura pedagógica. Exige-se, assim, que as relações interpessoais e o fazer pedagógico sejam postos em discussão, evitando-se, dessa forma, que não sejam camuflados ou projetados no aluno, a quem, na maioria das vezes, se atribui o fracasso escolar em virtude de suas carências ou deficiências.

O pressuposto epistemológico da abordagem pedagógica inclusiva é de que o conhecimento é construído pelo indivíduo, e a aprendizagem é um processo com tempo e ritmo diversificado, pela qualidade da interação, do nível de participação e problematização, das oportunidades de vivenciar experiências, construir significados, elaborar e partilhar conhecimentos em grupo.

Assim, a escola, o professor tem papel determinante na mediação sociocultural para que o aluno avance no processo de desenvolvimento, aprendizagem e na formação humana por meio de situações desafiadoras para o desenvolvimento positivo da auto – imagem, independência e autonomia.

1.2 O enfoque da educação inclusiva: Formando docentes para atuar na diversidade

A maioria dos docentes formou-se e continua sendo formado com base em perspectiva tradicional homogeneizadora da ação docente que se centra na transmissão de conhecimentos teóricos e fragmentos entre si, os quais tendem a não apresentar relevância social tanto para a escola como para o estudante. Da mesma forma a formação inicial e continuada de professores (a)s se caracteriza por uma relação pobre com os problemas e as situações enfrentadas pelos docentes nas suas praticas de sala de aula ou na vida escolar.

No processo de formação do professor, Nóvoa (2001, p. 95) coloca que:

Ela é sempre um processo de escuta e de palavra. De escuta dos outros, de novos conhecimentos, experiências; sobretudo, da escuta dos colegas, sejam mais novos ou experientes. De palavra, porque deve ser um momento em que seja possível ao professor exprimir a sua palavra sobre as coisas da educação.

Uma formação com tais características, portanto, não criam as bases para desenvolvimento profissional contínuo dos docentes no que tange ao seu papel e função do educador e nem se articula com o aperfeiçoamento de práticas de ensino pedagogicamente mais efetivas e inclusivas.

Ensinar constitui atividade principal na profissão do docente e por dever ser compreendida como uma arte que envolve aprendizagem contínua e envolvimento com o pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais, as quais preparam o docente para resolver novas situações ou problemas emergentes do dia a dia da escola e da sala de aula.

Partindo disso, Perrenoud (2002, p. 13) afirma que:

Uma prática reflexiva pressupõe uma postura, uma forma de identidade, um "habitus". Sua realidade não é medida por discussões ou por intenções, mas pelo lugar, pela natureza e pelas conseqüências da reflexão no exercício cotidiano da profissão, seja em situações de crise ou de fracasso.

Atualmente, os avanços no campo da educação evidenciam que ambos os conhecimentos são necessários, pois somente o conhecimento dos conteúdos das disciplinas (currículo) não garante que os estudantes aprendam assim como, apenas uma boa metodologia de ensino ou gestão da aula tampouco asseguram a aprendizagem dos conteúdos programáticos.

A docência é e deve ser entendida como uma atividade com complexidade maior do que somente os processos de ensinar a aprender, uma vez que a docência implica, segundo MAURI (2002, p. 74) em:

Aquisição e desenvolvimento da capacidade de refletir sobre sua prática pedagógica: o professor deve ser capaz de inovar cotidianamente a partir de sua experiência de sala de aula, com o objetivo de aperfeiçoar e desenvolver sua prática de ensino, mediante processos de reflexão e pesquisa da própria ação. A aprendizagem da prática reflexiva exige que as atividades de formação dos docentes levem em conta as características reais que enfrentam na sua prática.

O movimento mundial em direção a sistemas educacionais inclusivos indicam uma nova visão da educação, que recupera seu caráter democrático através da adoção do compromisso leal como oferta de educação de qualidade para todos, na qual a diversidade deve ser entendida e promovida como elemento enriquecedor da aprendizagem e catalizador do desenvolvimento pessoal e social.

Segundo Blanco (2002, p. 69)

Apesar da grande expansão da educação básica na América Latina e dos atuais processos de reforma educacional que estão sendo desenvolvidos na maioria dos países, nos quais se busca melhor qualidade e equidade na educação, persiste desigualdade de oportunidades educacionais, esses avanços não se fizeram acompanhar de respostas eficientes às diferenças sociais, econômicas, geográficas, lingüísticas, culturais e individuais e, conseqüentemente, gerou um alto índice de analfabetismo funcional de repetência, evasão escolar e exclusão continente.

Criar as condições para o desenvolvimento de escolas para todos e que garantam educação de qualidade com equidade, implica promover transformações nos sistemas educacionais, na organização e no funcionamento das escolas, nas atitudes e nas práticas dos docentes, bem como, nos níveis de relacionamento entre os diversos atores. Em outras palavras transformações que pressupõe o desenvolvimento de uma nova cultura educacional.

A partir disso, um dos maiores desafios diz respeito como avançar na direção de uma escola inclusiva, que ensine e eduque todas as crianças e simultaneamente reconheça as diferenças individuais como um valor a se levado em conta no desenvolvimento e na materialização dos processos ensino-aprendizagem.

Uma escola que precise adapta-se a diversidade de características, capacidades e motivações de seus alunos, a fim de responder as necessidades educacionais de cada criança. Uma escola cuja política se comprometa com a igualdade de oportunidades e condições para todos os estudantes a fim de garantir que todos possam ser bem sucedidos educacionalmente.

Nesse contexto, todos os estudantes deve ser beneficiados pelo acesso a escolarização e não apenas aquele que são considerados pessoas com necessidades educacionais especiais.

Segundo Padilha (2002, p. 20)

Em uma escola, inclusiva, o processo educativo é entendido como um processo social, no qual todas as crianças portadores de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.

Sem dúvida a educação inclusiva pressupõe que todas as crianças de determinada comunidade deve aprender juntas, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou habilidades e potenciais diferenciados, abrangendo aqueles com algum tipo de deficiência.

Para que uma escola se torne um modelo de educação inclusiva não deve haver exigências quanto ao acesso nem mecanismo de seleção ou discriminação de qualquer espécie. Nesse sentido, a promoção da inclusão implica na identificação e minimização de barreiras à aprendizagem e participação, e na maximização dos recursos que apóiam ambos os processos. Essas barreiras podem ser identificadas em todos os aspectos e estruturas do sistema e na vida escolar e, pode impedir o acesso ao estabelecimento do ensino, como também conter limitações em termos de participação.

Conforme Werneck (2005, p. 90)

A escola precisa mudar, não porque não é boas para a criança com deficiência, mas porque, no momento, e esse momento já vem se arrastando há algum tempo, a escola não está boa para ninguém. O aluno reclama da escola, o professor reclama, o gestor reclama, enfim, a comunidade escolar e a sociedade chamam por uma escola melhor, por uma transformação geral em todos os níveis.

Tradicionalmente, a escola tem disso marcada em sua organização por critérios seletivos que tem como base a concepção homogeneizadora do ensino, dentro da qual alguns estudantes são rotulados. Esta concepção reflete um modelo caracterizado pela uniformidade na abordagem educacional do currículo:

uma sala, um conteúdo curricular e uma atividade para todos em sala de aula. O estudante que não se enquadra nesta abordagem permanece a margem da escolarização, fracassa na escola e é levada a evasão.

Muitas vezes o estudante rotulado ou classificado por suas diferenças educacionais é excluído ou encaminhado a especialistas de áreas distintas para receber atendimento especializado.

O não reconhecimento da diversidade como um recurso existente na escola é o ciclo constituído pela rotulação, discriminação e exclusão dos estudantes, contribui para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las. A fim de equiparar as oportunidades para todos, os sistemas educacionais precisam promover uma reforma profunda, cuja característica central deve ser a flexibilidade do conteúdo curricular e o modo como o currículo é incorporado à atividade escolar.

Em uma escola inclusiva a situação de desvantagem ou deficiência do educando, não deve ser enfatizada. Ao invés disso, a escola deve adquirir uma melhor compreensão do contexto educacional onde as dificuldades escolares se manifestam e buscar formas para tornar o currículo mais acessível e significativo. Somente quando o sistema educacional consegue promover um ajuste relevante que responde de forma efetiva a diversidade da população escolar, é que a escola estará assegurando o direito de todos a uma educação de qualidade.

Segundo Werneck (2005, p. 64),

A inclusão deveria ser a preocupação constante de mudar, de fazer modificações mais profunda, de quebrar alguns paradigmas, de desafiar constantemente práticas cotidianas, de fazer novas reflexões e de olhar os alunos com lentes variadas.

Nesse sentido, o conhecimento e a abordagem da diversidade constituem o ponto de partida para evitar que as diferenças se transformem em desigualdades e desvantagens entre os educandos. Isso pressupõe educar com base no respeito às peculiaridades de cada estudante e no desenvolvimento da

consciência de que as diferenças resultam de um complexo conjunto de fatores, que abrange as características pessoais e a origem sócio cultural, assim como as interações humanas.

Esta concepção educacional com fundamento social e político atribui ao currículo importante valor de transformação na medida em que proporcionam as mesmas oportunidades a todos os alunos e desta forma, compensa desigualdades sociais e culturais.

Algumas das idéias básicas próprias da educação inclusiva foram referidas por Alvarez e Soler (1998, p. 52), destacando as seguintes:

Levar sempre em consideração o ato de que as pessoas são diferentes e que, portanto, a escola deve ajudar cada um a desenvolver suas aptidões no contexto comum a todos, livre de seleção e da conseqüente classificação de alunos em diferentes tipo de instituições especializadas. Eliminar o espírito de competitividade, a partir do qual a visão de mundo se restringe a uma corrida na qual algum conseguirão chegar ao final.

O conceito de diversidade é inerente a educação inclusiva e evidencia que cada educando possui uma maneira própria e específica de observar experiências e adquirir conhecimentos, embora todas as crianças apresentem necessidades básicas comuns de aprendizagem, as quais são expressas no histórico escolar e obedecem às diretrizes de desempenho acadêmico.

Segundo González, ET. all. (2002, p. 20)

[...] a Educação Especial é uma ação educativa, de fins equiparáveis aos da Educação geral, mas que atua com base em alguns recursos educacionais específicos postos às disposição de qualquer pessoas que, em alguns casos, poderão necessários de forma temporal e, em outros, de forma mais contínua e permanente.

Tal concepção remete ao entendimento de que todos os alunos apresentam certas necessidade educacionais individuais que podem ocorrer em momentos diferentes durante a escolarização. Isto que dizer que as diferenças

individuais, aptidões, motivações, estilos de aprendizagem, interesses e experiências de vida, são inerentes a cada ser e tem grande influência nos processos de aprendizagem que são únicos para cada pessoa.

Muitas das crianças que enfrentam barreiras para aprender e participar na vida escolar são capazes, de superá-las rapidamente sempre que suas necessidades são levadas em conta e ajuda compatível é oferecida. A origem das dificuldades do educando pode estar situada no âmbito das diferenças pessoais, culturais, sociais ou lingüísticas, ou, ainda, no fato da escola não considerá-las.

Segundo Blanco (2002, p. 73),

Os diversos grupos sociais, étnicos e culturais dispõem de normas, valores, crenças e comportamentos distintos que, em geral, não fazem parte da cultura das escolas. Da mesma forma existem alunos que, para ter acesso à escola e alcançar bom desempenho em sua aprendizagem precisa de medidas de recursos diferentes daqueles usualmente oferecidos pela escola. Trata-se, no caso de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, sejam elas transitórias ou permanentes.

O conceito de necessidades educacionais especiais teve origem na Grã-Bretanha, o qual afirma que nenhuma criança deve ser considerada ineducável, e que a finalidade da educação é a mesma para todos, por ser um bem a que todos têm o mesmo direito. Após destacar que a meta da educação é propiciar uma formação que assegure a qualquer pessoa dirigir sua própria vida e ter acesso ao mercado de trabalho.

Este enfoque representa um avanço em relação às respostas tradicionais do modelo clínico ou da abordagem compensatória que são usualmente disponibilizadas aos alunos que enfrentam barreiras para aprender nas escolas. A definição de necessidades educacionais especiais descola, portanto o foco de atenção do problema no aluno para o contexto educacional ressaltando o fato de que as decisões sobre o currículo adotada pela escola, bem como as atividades de aprendizagem propostas, a metodologia utilizada e o relacionamento

estabelecido entre a comunidade escolar e seus alunos exercem fortíssima influência na aprendizagem.

Em conseqüência, o papel representado pela escola é determinante do resultado da aprendizagem, pois, dependendo da qualidade da resposta educacional, é possível contribuir mais ou menos para minimizar ou compensar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

De acordo com González, et.all (2002, p. 19)

A educação a partir desse paradigma, direciona-se à melhoria das pessoas entendidas como um todos integral e único. A educação, portanto, é considerada como um processo em desenvolvimento, distinguindo-se entre educação formal e informal, em que a escola será a instituição pedagógica básica para o desenvolvimento e a sistematização da educação.

A mudança de paradigma a cerca das necessidades educacionais, ao lado dos avanços sociais obtidos no campo dos direitos humanos nesses últimos anos, levou a revisão da educação especial, introduzindo-se modificações nas políticas e nos sistemas educacionais, tendentes a inclusão destes alunos a educação comum. Segundo Poplin (2002, p. 12), "O desenvolvimento dessa perspectiva sustenta-se em um novo paradigma construtivista holístico. Este paradigma trata a diferença como algo que existe, pois incluir o diferente não é fácil".

Todavia, a concepção nos fundamentos da educação das pessoas com deficiência vem se modificando, entre outros fatores, em conseqüência do movimento mundial em favor da integração deste grupo social. Sem dúvida, o processo de integração destes alunos ao sistema educacional comum tem produzido mudanças positivas tanto na escolarização tanto na escola que os acolham.

CAPÍTULO II

2.1 ANÁLISE DE DADOS

**“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”.
(Paulo Freire)**

O trabalho em pauta tem por objetivo apresentar parte dos dados de uma pesquisa sobre a política educacional de inclusão de alunos com necessidades especiais em suas práticas educativas, realizado no período de Abril de 2009, na cidade de Marizópolis e colocar estes dados em análise.

Essa coleta de dados foi realizada com os educadores e educando da Escola Municipal de Ensino Infantil Fundamental I e II, Júlia Maria de Carvalho Silva, localizada na Rua Antônio Pedro da Silva, s/n, Bairro Queimadas Marizópolis – PB. A instituição conta com 18 profissionais atuantes na prática educativa e que a mesma atende no turno: manhã, tarde e noite. A análise foi realizada através da aplicação de questionários, que é de fundamental importância para os educadores, com exigência dissertação a respeito do tema abordado, que existia doze questões abertas enquanto que o questionário para os educandos apresentava também doze questões abertas objetivas para facilitar a realização do mesmo e o entendimento das crianças levando em consideração a necessidade desses educando com deficiências especiais.

Para viabilizar a pesquisa utilizei também a técnica da observação, pois dessa forma possibilitou uma melhor análise, uma vez que a observação é um instrumento importante nesta pesquisa, de acordo com MATOS (2008, p. 58) “a observação é uma técnica muito utilizada principalmente porque pode ser associada a outros procedimentos, por exemplo, a entrevista”.

2.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DOS PROFESSORES

O questionário foi desenvolvido com 06 professores, A, B, C, D, E e F do Ensino Fundamental I e que todos possuem a Formação Superior sendo de 04 possuem Licenciatura Plena no Curso de Pedagogia, 01 concluindo o curso de Licenciatura Plana em Geografia e outra concluindo o curso de Licenciatura Plena em Letras, todos já exercem nesta área há mais de 06 anos de trabalho docente.

Uma análise geral de todas as respostas dadas a esta parte da pesquisa possibilita-se que a implementação da política de inclusão escolar desenvolvia-se de modo improvisando, antevendo-se resultados incertos, dadas as condições de funcionamento dessa escola municipal; tais como: recursos humanos, despreparados, falta de recursos materiais, falta de estrutura física do ambiente, financeiros e pedagógicos.

Os profissionais atuantes nesta escola, principalmente os educadores afirmam que a própria instituição não possuem estrutura adequada para o acesso e permanência desses alunos com deficiência. Atividades educativas são restringidas às salas de aula, e que o processo ensino – aprendizagem é a mesma para todos, ignorando a presença de crianças com necessidades especiais. A escola Júlia Maria de Carvalho Silva, não conta com pessoal de apoio, pedagogos, assistente social, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, professor com especialização e/ou nem uma formação nessa área.

Ressaltamos que o conceito de Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC;SEESP, 1998).

“...Implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogenias. A Escola capacita seus professores; preparando-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais”.

A maioria dos educadores relata que é impossível fazer ou proporcionar uma inclusão escolar individualmente e sem a própria formação ou conhecimento teóricos e práticos para nossas ações, se nem a própria Secretaria tem o interesse de desenvolver essa inclusão.

O que conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.

“... Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricula os educadores com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades especiais, mas significa dar ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC/SEESP, 1998).

Com base nos dados coletados nos questionários dos educadores e da técnica da observação, posso afirmar que a implantação da política educacional de inclusão do aluno com necessidades especiais “acontece” sem que a instituição escolar e profissionais atuantes na educação acontece sem que ambos tenha as devidas condições qualitativas nas suas ações escolares. Os educadores e o demais profissionais são titulados, ma não foram preparados para realizar a inclusão escolar. Mantidas essas condições, dificilmente os objetivos registrados nos documentos e textos legais, serão concretizados.

“(...) A inclusão social incide justamente na vida das pessoas portadores de necessidades especiais; aquelas que possuem uma situação atípica de caráter temporário, intermitente ou permanente, para que elas possam tomar parte ativa na sociedade. Nesse sentido, a inclusão é o contraponto da exclusão”. (MANTOAN, 2001).

O MEC vem defendendo de longa data e reforçando ultimamente, a necessidade de qualificação do professor para o trabalho educativo que leva em conta a realidade o aluno e toda as suas circunstancias, no entanto, essas iniciativas ainda não se fizeram sentir suficientemente nas escolas públicas de nossa realidade. Os avanços detectados pelo governo na educação escolar, entre os quais estão os relacionados à adoção da política de educação e

veiculados na grande mídia não foram constados no processo educativo na escola pesquisada.

Essas falhas contra os direitos da pessoa e contra os princípios da inclusão social e escolar.

Os educadores entrevistados por sua vez, ressentem-se de não serem informados com a devida antecedência sobre seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais. A Escola Júlia Maria de Carvalho Silva, não dispõe aos educadores quaisquer informações, por mais elementares que sejam, sobre esses alunos tais como: tipo de deficiência, história de vida pessoal e familiar seu desempenho anterior, entre outras. Faltam critérios para definir se um aluno apresenta alguma necessidade especial ou não. Essa definição fica a cargo do professor, que em muitos casos não sabe como agir, ou de outro profissional, nem sempre preparado para realizar tal tarefa.

A implantação da política de inclusão escolar, para os educadores desta escola, conforme o questionários constatou que essa política vem acontecendo de cima para baixo. Os educadores em geral são despreparados para essa inclusão, age de forma solitária, sem o devido acompanhamento, sem orientação e controle do processo ensino –aprendizagem e dos resultados de seu trabalho a não ser de registro escolar exigido pela Secretaria de Educação Municipal.

Se levarmos em conta os textos legais, podemos considerar que a educação das pessoas que apresentam necessidades especiais encaminham-se para um futuro promissor, no entanto, quando observamos a realidade da escola, dos professores e alunos, verificamos que a lei em tese é uma garantia dos direitos humanos, não tem assegurado nem proporcionado condições para tal.

Como no estudo que realize sobre a política educacional de inclusão nesse educandário, constatei um quadro bastante problemático, embora a lei afirme o direito à educação de qualidade, democrática e dos poderes públicos defendem a “preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania” (Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na E. B., p. 9).

O que nos parece é que o poder público demonstra querer solucionar o problema da exclusão das pessoas com necessidades especiais ou de condutas típicas e dos delinqüentes, bem como os preconceitos e estigmas socioculturais construídos historicamente, mediante a pena da lei, com a participação quase exclusiva da escola e de seus professores e demais profissionais. Até o presente momento, torna-se difícil pensar de outro modo.

O cenário delineado com esta pesquisa remete-se aos pais dos contrários onde tudo acontece por oposição, contradizendo autores que defendem as bases da má escola inclusiva: Mantoan (1997) Mrech (2000), Sasaki (1995, 1997), et all. entre outros e documentos: a Declaração e Salamanca, a LCD 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial. A lei diz "criar condições", "estabelecer critério", contudo ocorre o inverso, é permanente, a falta de condições e de critérios na verdade a lei prescreve, mas não garante as condições de usufruir dos direitos do sujeito como cidadão.

A questão que todos os professores colocam é que a permanecer este quadro de dificuldades generalizadas de acordo com o que analisam os autores e a escola, esta proposta dificilmente será concretizada, ainda mais considerando as condições sociais desiguais em que vivemos.

2.3 Análise dos Questionários dos Educandos

Apesar de ter tido a oportunidade de trabalhar nesta Escola Júlia Maria de Carvalho, fui surpreendida com essa pesquisa, pois a mesma atende uma clientela de 349 educando, destes apenas 06 crianças foram constadas deficientes especiais.

Esses 06 educandos diagnosticados fase de inclusão escolar nesta escola, foram caracterizados pelos informantes, como: DM (02), DS (02), DF (02), não havendo outras com deficiências especiais diagnosticadas e sim, outras crianças em suspeita.

Para atingir o propósito desse trabalho, a coleta de dados foi executada através de questionários direcionados objetivos em respeito e considerações as suas necessidades.

Os questionários foram aplicados no mês de Abril de 2009, esses alunos se puseram à disposição, ficaram muito empolgados com a possibilidade de estarem participando de um programa de pesquisa que é de interesse deles.

Foram aplicadas doze questões, a primeira contemplava perguntas se eles se consideram diferentes? Todos disseram, que sim, pois todos as escolas olhavam de uma forma diferente para eles, as vezes chamavam até de “coitados”.

As demais questões contemplavam a inclusão deles na sala regular e como era o atendimento educacional as suas dificuldades e necessidades especiais.

Todos foram decididos nas suas respostas, e disseram que eles eram apenas algo na escola, e que não se sentiam nessa inclusão da pesquisa, a única certeza que têm tinham eram que os próprios estavam excluídos da política educacional de inclusão.

E que a lei que defende a igualdade entre pessoas e de condições, mas ignora as diferenças ao não promover para que as pessoas com necessidades especiais ou mais carentes economicamente possam minimizar ou superar suas dificuldades.

Dessa forma analisamos na pesquisa, na observação, e entre outros os preconceitos constitucionais que estabelecem “[...] o acesso obrigatório e gratuito [...]” como “[...] direito público [...]” apenas em tese considerando que de fato isso não acontece.

O numero de alunos com necessidades especiais integrantes nessa rede regular de ensino oficial é pouco significativo e parece não corresponder à realidade dos que estão “incluídos”. A acolhida desses alunos em sala de aula, não tem dado resultados favoráveis esperados. Os próprios educandos entrevistados relatam que nem toda atividade escolar, eles participam e que pouco é atendido pelo educador e que os mesmos gostam muito de estudar, mas infelizmente esses estudos está distante de sua realidade, não sabem por que?

De acordo com o questionário e o depoimento das eis crianças com deficiências, percebo que é grande a escassez de atendimento as necessidades especiais dessas crianças nesta escola publica, pôde-se perceber que existe um longo caminho para alcançar o papel real da inclusão. Isso ficou claro na coleta.

“A inclusão. “É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilegio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. É para o estudante com deficiência física, para os que tem comprometimento mental, para os superdotados, para as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outros motivos. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar ao cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com os outros”. (MANTOAN, 2008, p. 1).

Desse modo fica evidente que os alunos entrevistados com as diversas deficiências, são vítimas das complicações da prática do sistema educacional. Esse acesso a "Inclusão de qualidade", precisam ser sistematizadas pelo educador de maneira que alunos com deficiência superem as situações de conflitos com que se depara, e, sala de aula, pois como afirma:

"A inclusão deveria ser a preocupação constante de mudar, de fazer modificações mais profundas, de quebrar alguns paradigmas, de desfiar cotidiano, de fazer novas reflexões e de olhar os alunos com lentes variadas. WERNECK (2005, p. 64).

Os educadores relatam, que não estão preparados e nem capacitados para essa inclusão. E os educandos? Como estão com essa exclusão?

Chegamos a um impasse, como nos afirma Morin (2001, p. 99), pois "não se pode reformar a instituição sem a previa, reforma das mentes, mas não se pode reformar as mentes em uma previa reforma das instituições".

A adaptação dessas crianças pode, no início ser dolorosa, às vezes até impossível, mas com paciência, votando e uma equipe preparada, a criança portadora de necessidades especiais poderá superar a sua "condição" e vir relacionar-se com todos da melhor forma possível.

A implantação da política de inclusão escolar com essas crianças deficientes conforme constatamos vem acontecendo de cima para baixo. O preconceito é o pior inimigo da inclusão. É necessário lutar contra tudo e contra todos, para liberdade de ser diferente.

Pois toda criança precisa da escola para atender e não marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimento à parte. A trajetória escolar não pode ser comparada a um rio perigoso e ameaçador, cujas águas os alunos podem afundar.

Mas há sistemas organizacionais de ensino que tomam esses percurso muito difícil de ser vencido, uma verdadeira competição entre a corrente do rio e a força principal. É assim que acontece com essas poucas crianças inseridas nesta escola, as demais crianças com necessidades especiais do nosso

município, desistiram de nadar contra a correnteza do rio, assim ficando para traz, desistindo dos seus direitos de cidadão.

Portanto, a conclusão desta análise tanto do Educador como do educando, 100% de ambas as partes não estão inseridos na política educacional de inclusão.

Os educadores não estão aptos para esse atendimento, e quanto os educandos estão incluídos no ambiente escolar de uma educação de qualidade.

2.4 UMA VIVÊNCIA DA EXCLUSÃO

Este foi desenvolvido com a turma do 3º ano do Ensino Fundamental II na escola municipal do Ensino Infantil Júlia Maria de Carvalho Silva, onde estive presente durante um mês, para realização deste trabalho prático como educadora, objetivando com esses método em prática os principais pontos abordados durante toda pesquisa e desenvolvimento do tema "O processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais", buscando articulá-los com os conteúdos além de adquirir experiência nessa área na minha profissão, interagindo e articulando a prática e a teoria estudada para atender as necessidades do educando.

O primeiro dia foi bastante interessante, os alunos ficaram bastante curiosos com nossa presença na sala de aula, por este fato iniciamos aula com uma roda de conversa com a abertura da nossa apresentação e explanação da lei, nº 9. 394/96 dos direitos e das potencialidades das crianças deficientes existentes neste âmbito escolar. Sendo assim possibilitamos uma interação entre professor-aluno, realizamos uma dinâmica "Identificação de olhos vendados", que exigia a participação de toda a turma e inclusiva do professor, onde os participantes receberam uma faixa preta para vendar os olhos, depois solicitamos que todos ficassem em silêncio, e que os alunos andassem pela sala e depois que um se aproximasse do outro para identificar o colega ao lado, e poucos reconheceu, os amigos, apenas um dos alunos conseguiu identificar, esse aluno é um deficiente visual, então com o objetivo de sensibilizar a turma foi eficaz, a partir disso, esporamos as capacidades dos deficientes e também suas dificuldades, que é normal na vida de todos, até nas pessoas ditas "normais", foi muito boa essa experiência, porque os alunos começaram a refletir com a experiência da brincadeira, a vida de José Matheus de Sousa, que é cego e começaram a respeitar suas limitações.

Como as crianças ficaram bastantes interessadas pelas apresentações, organizamos uma semana inteira para trabalhar a sensibilidade dos alunos, pois a turma do 3º eram todos leigos e rígidos com os deficientes inseridos na escola.

Durante a primeira semana de aulas as crianças mostraram humanidade, porque para eles tudo era novidade, contudo participaram ativamente das discussões e das atividades exploradas. Eram atividades orais e escritas.

Na aplicação da disciplina de historia utilizamos a historia e ao depoimento de um aluno chamado Matheus que é cadeirante ele nasceu "normal" e sofreu um, acidente que o deixou paralitico, todos os alunos ficaram sensíveis com seu depoimento.

Dai então, aproveitamos para trabalhar a historia da inclusão com um texto claro de "Declaração de Salamanca" onde proporcionou leituras individuais e coletivas, após a interpretação oral e escrita.

Esse momento pudemos observar o entusiasmos e a participação das crianças e como este tipo de atividade pode ser significativa e proveitoso, além de dá aos alunos a possibilidade de se expressar da historia e de descobrir algo que possa servir para a vida toda, como afirma a UNESCO, (1994, p. 60).

"As escolas regulares seguindo esta orientação inclusiva constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias criando comunidades abertas e solidarias construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos..."

Com isso, fica claro que o conceito da educação apropriada pode ser definido como o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na rede regula de ensino. A inclusão prevê a educação par alunos com quaisquer necessidade especial, abrangendo todos os tipos e graus de dificuldade que se verificam em seguir o currículo escolar.

Na segunda semana em Língua Portuguesa, trabalhamos o caso de Ricardo um menino surdo que relata todo percurso de sua vida, explorando a oralidade e a interpretação escrita, nessa mesma semana fizemos uma apresentação do atendimento Educacional Especializado, que atende a todas as necessidades dos deficientes. Nessa exploração apresentamos os recursos didáticos e tecnológicos que auxiliam a desenvolver as dificuldades dos deficientes.

Foi uma semana de atenção dos alunos, eles se surpreenderam com esse atendimento, que até os deficientes presentes na sala de aula, se decepcionaram com a escola que eles tem.

Na terceira semana organizamos uma pesquisa de campo com todos os alunos dessa turma e com o apoio da professora deles, que se chama Carleide Gomes Bento. Planejamos uma excursão pelos bairros da cidade de Marizópolis, investigando e entrevistamos todos os moradores dos bairros. Essa pesquisa foi explorada na disciplina de Matemática e elaboramos uma tabela com a estatística de quantos deficientes moram na nossa cidade e quantos estão matriculados.

Foi uma semana bastante proveitosa e talvez a mais proveitosa, porque os alunos se engajaram nesta pesquisa com bastante entusiasmo. Após todo levantamento, trabalhamos na sala de aula explorando o mesmo, com problemas e operações, os alunos todos ativos e curiosos para o resultado, quando foi na sexta – feira, divulgamos os resultados em todo ambiente escolar e na comunidade.

Na quarta semana fizemos uma retrospectiva de tudo que foi trabalhado, alcançando todos os objetivos dessa monografia.

Neste sentido, a integração escolar é importante visto que já esta comprovando que, quanto mais convivem com outras pessoas, maiores são as oportunidades dos alunos com necessidades educacionais especiais de aprenderem e se desenvolverem.

É no contato com outras pessoas (dentro e fora da escola) que crescemos, aprendemos e nos desenvolvemos. Também é importante enfatizar que não são apenas eles que aprendem conosco, nós também aprendemos muito com eles.

“O desenvolvimento fica impedido de ocorrer na falta de situações propicias ao aprendizado” (OLIVEIRA, 2003, p. 57).

Pensando na igualdade de direitos que a escola passa a flexibilizar-se para incluir as minorias lingüísticas, as minorias étnicas e, dentre outras incluir também, em suas preocupações, aqueles com outras formas de organização em seus desenvolvimentos por apresentarem, deficiências, doenças ou maiores habilidades.

O aprendizado impulsiona o desenvolvimento, sendo assim a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas. Todavia o desempenho desse papel só se dará de forma adequada a escola, calçada no nível de desenvolvimento dos alunos, direcionarem o ensino a estágios de desenvolvimento ainda não incorporados pelos alunos. O aprendizado escolar é elemento central do desenvolvimento das crianças que freqüentam a escola.

CONCLUSÃO

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar as particularidades de todos os alunos. A inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno.

Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da elaboração de pensamentos e formulações de juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

As propostas educacionais não provem de conhecimentos isolados, mas sim da contextualização presente que permeia tanto órgãos governamentais quanto os educadores. Os sistema propicia espaços físicos favoráveis, material didático de qualidade, suporte técnico aos educadores, possibilidade de capacitação aos mesmos e respeito às prerrogativas vigentes sobre os direitos dos indivíduos estará, a priori, mais repleto de profissionais qualificados.

O momento que estamos vivendo não é mais de alongar as resoluções, as leis, as portarias, mas de trabalhar com a práxis. Está prática esta vinculada a um elo de comunicação fundamental ao processo d=educativo.

A instrumentalização do educador deve estar em consonância como formação continua. Formação baseada, principalmente na questão da superação do preconceito, seja a pessoa deficiente, seja a pessoa "normal". Todo indivíduo possui capacidade reais de desenvolver seu conhecimento. Cabe ao educador elaborar estratégias que vibializam esses desenvolvimentos.

Ultrapassar o preconceito significa trabalhar com o potencial do ser humano e não questões adjacentes, acreditar na possibilidade do ser humano é fundamental a seu trabalho considerando o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial de cada pessoa, extinguindo as idéias e que, para o aluno deficiente, a aprendizagem consiste em atividades de rotina com higiene,

boas maneiras, etc. a aprendizagem deveria, além disso, capacitar o aluno para o convívio, a participação e a auto-sustentação na sociedade.

Necessitamos, pois de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de arriscar, mas muita coragem de criar e de questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão.

Conclui-se que as valorizações da vida e da pessoa são novas perspectivas. Libertar o sujeito escondido nos sintomas é tarefa de todos; valorizá-los é promover uma qualidade de vida, bem como condições para a vivência da cidadania, são objetivos da escola tanto para pessoas com deficiência quanto para os demais.

Referências Bibliográficas

AINSCOW, MEL. Caminhos para as escolas inclusivas. São Paulo . Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ALVARES, L. M. A. R. et. All. A construção da diversidade no ambiente escolar. Editora da Universidade de São Paulo.

BARTOLOMEU, Félix de Sousa. Inclusão Social no Ensino Regular. Editora UFPR, 1994.

BLANCO, Margarita S. Integração dos Deficientes na Escola Regular. Editora Mediação, 2002.

LIMA, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercomp, 2006.

GOMES, José Ferreira. Caminhos para as escolas inclusivas. Editora: Mazza Edições, 1999.

GONZÁLES, Maria Margarita C. Educação Inclusiva. Editora: adjunta da Revista Brasileira de Paleontologia, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér.. Os sentidos da integração e da educação inclusiva. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 2002.:

MANTOAN, Maria Tereza Eglér.. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? Editora Ática, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. O construtivismo na sala de aula, 6ª edição, São Paulo: Editora Ática, 2001.

MANTOAN, M. T. E, et. All. O processo de inserção do Portador de : Contribuições para uma reflexão sobre a inclusão.. São Paulo: Memnon, 1997

MANTOAN, M. T. E.. A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre a inclusão.. São Paulo: Memnon, 2008.

MAURI, Mota. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Editora Nativa, 2002.

MATTOS, Kelma Socorro Lopes. Pesquisa Educacional: O prazer de conhecer. Editora Perspectiva, 2008.

MEC, SEESP, Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1998.

MORIN, Egler. A escola bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 4ª edição: Rio de Janeiro, Bertrand 2001.

NÓVOA, António Sérgio. Formação de professores e profissão docente. In _____. (coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 2001.

OLIVEIRA, RCS. Entendimento a baixa visão: orientação aos professores. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (Mec), 2003.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Educação Física, volume 3. Secretaria da Educação Fundamental – Brasília, 1998.

PADILHA, Perspectivas que se abre para a educação especial. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

PERRENOUDE, Philippe. Necessidades Educativas Especiais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

UNESCO, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, Mec, 1994.

WERNECK, Luiz Viena. Inclusão Social. Editora Universidade de São Paulo.

WERNECK, Martina de Sousa. Aprender e Conviver na Diversidade. Editora: Voivodic, 2005.

ANEXO

ESCOLA: _____

ALUNO: _____

IDADE: _____ ANO: _____

JÁ REPETIU O ANO: _____

Questionário para o aluno

1) Você se considera uma pessoa diferente? Justifique

Sim Não

2) Qual é a sua necessidade especial?

DM PS DF DV Outros

3) As pessoas te olham com indiferença?

Sim Não

4) Você tem dificuldades de se locomover dentro do ambiente escolar? Por quê?

Sim Não

5) Na escola que você estuda, existe acessibilidade arquitetônica?

Sim Não

6) Você gosta de estudar? O que você mais gosta de fazer na escola?

Sim Não

estudar brincar assistir TV

7) Seus colegas da escola lhe vêm de forma diferente?

Sim Não

8) A escola se dispõe de materiais e equipamentos para facilitar sua aprendizagem?

Sim Não

9) Você recebe algum atendimento educacional em horário oposto de suas aulas? Qual?

Sim Não

ESCOLA: _____
ALUNO: _____
IDADE: _____ ANO: _____
JÁ REPETIU O ANO: _____

Questionário para o Educador

1) Para você, o que significa o papel real da educação inclusiva?

2) Você tem conhecimento da lei que garante o direito da criança com qualquer tipo de deficiência receber o atendimento adequado na escola regular?

3) Você sabe, ou imagina que tipo de atendimento deve ser oferecido as crianças com deficiência na comunidade escolar?

4) Qual a sua opinião desses deficientes ter conquistado esse direito de se inserir na escola regular?

5) Seu município já adquiriu estratégias para proporcionar essa inclusão? Justifique

6) Você se acha capacitada para atuar na realidade da inclusão? Por quê?

7) A instituição que você trabalha, está com estrutura física e com adaptação necessária para essa inclusão?

8) O PPS (Projeto Político Pedagógico) do educandário que você leciona, está renovada para atender a política educacional da inclusão?

9) Qual o papel fundamental do professor (seu) nessa sensibilidade?

10) Qual sua formação teórica e prática para educar e vencer as barreiras das dificuldades encontradas no desenvolvimento da aprendizagem com deficiência?

11) A administração da escola: gestor, coordenador, parceiros, e outros dessa comunidade, se sensibilizam em proporcionar uma educação de qualidade a inclusão?

12) Sabemos que, para desenvolver o papel da inclusão, é necessário que, o município ou a escola, se dispõe de recursos necessários como apoio de material didático, recursos adaptados especificamente as deficiências, atendimento clínico e outros. Você como educador o que deve fazer para defender os interesses desses deficientes?
